GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade
Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano
CONSELHO SUPERIOR
ATA DA 172ª REUNIÃO

Às dez horas do dia 22 de dezembro de dois mil e vinte e dois, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - Seas, sito à Av. Venezuela nº 110 – 5º andar, na Capital do Estado, ocorreu a 172ª Reunião do Conselho Superior do Fecam. Estavam presentes o Sr. Philipe Campello, Vice-Presidente do Conselho Superior do Fecam, o Sr. Subsecretário Executivo Seas, o Conselheiro Sr. Jorge Vicente Peron representante da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan**,** o Conselheiro Suplente da Sefaz. Sr. Allan Cristiano dos Santos. Participaram ainda, desta Reunião, a Sra. Milena Almeida Suhett, Superintendente da Supfip/Seas, a Sra. Kamylla Ribeiro Machado, Coordenadora do Fecam, e as Sras. Gabriela Carrero Ribeiro e Eliana Cardoso de Almeida, e o Sr. José Luís Filho todos da Coofecam/Supfip/Seas, e ainda, a Sra. Fernanda Peralta, da Seas/Subsan e o Sr. Ricardo Oliveira, Gerente de Projetos e Engenharia da Dirram/Inea. O Presidente inicia a reunião cumprimentando a todos, informando que por problemas técnicos atrasou um pouco a reunião. Verifica que o Conselheiro da Apedema não está presente. **1 – Abertura**: O Sr. Philipe Campelo abriu a reunião, comunicando que foi convocado para uma reunião urgente no Palácio, mas o Subsecretário Executivo da Seas, Sr. Felipe irá substituí-lo na sua ausência, passando, em seguida, ao **item 1 da pauta** – **Deliberação da ata 171ª Reunião do Conselho Superior do Fecam**, abrindo para discussão aos Conselheiros e não havendo manifestação por parte dos Conselheiros, considera, então, a ata aprovada. Prosseguindo, o Presidente informa que vai ser alterada a ordem da pauta, passando a apresentação então ao item **3 da pauta – Deliberação para alteração da Comissão de Seleção de Chamamento Público. Projeto Programa Recicla RJ – Estratégia de Apoio à Cadeia Produtiva da Reciclagem com inclusão Socioeconômica dos Catadores de Materiais Recicláveis**. Passando a palavra para a Sra. Fernanda Peralta, que cumprimenta todos os presentes e comunica a alteração na Comissão de Chamamento Público devido à saída de dois membros da equipe: saindo a técnica Sra. Erica Espíndola e em seu lugar entrando a técnica Sra. Aline Pacheco; saindo a ex-Superintendente de Resíduos Sra. Jaqueline e entrando o atual Superintendente de Gestão de Resíduos Sr. Ruan Henrique de Barros Cabral. Prossegue explicando que esta deliberação é para dar conhecimento ao Conselho Superior do Fecam conforme previsão legal na Lei Federal n. 13.019/2014 – Art. 27 parágrafo primeiro**.** Finaliza e agradece a todos**.** O Presidente passa então ao **item 2 – Deliberação de novos projetos 2.1 Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Demolição assistida por monitoramento arqueológico de edificação em Paraty-Mirim" – Valor: R$ 346.762,93 – Prazo: 04 meses – Processo: SEI-070002/010323/2022.** O Sr. Presidente passa a palavra para o Sr. Ricardo Oliveira da Dirram/Inea que inicia cumprimentando a todos os presentes e inicia sua explanação. Este projeto, prossegue, é uma demolição assistida de uma edificação com monitoramento arqueológico, com remoção de entulho, resíduos e disposição final do material demolido. O relator informa alguns dados sobre a localização geográfica de Paraty. Continuando, comunica que esta edificação é uma Unidade de Policiamento Ambiental com área construída de aproximadamente 140 m2. O objetivo geral é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de demolição assistida por monitoramento arqueológico de edificação em Paraty-Mirim. Com o objetivo específico de proteção ambiental, preservação paisagística, preservação hidrológica e proteção das espécies raras e ameaçadas de extinção. A área é tombada sob a tutela da UPAM. As atividades previstas são: projeto de monitoramento arqueológico; licenciamento; notificação aos responsáveis por serviços públicos; notificação a proprietários vizinhos; acompanhamento de serviços e outras. O projeto visa remover a edificação, por tratar de cumprimento de sentença de Ação Civil Pública, que condenou o Estado do Rio de Janeiro e o Inea a restaurarem o Complexo Arquitetônico de Paraty-Mirim e demolirem a edificação irregular atualmente usada pelo posto avançado da Unidade de Policiamento Ambiental – UPAM da reserva ecológica de Jacatinga. A edificação foi sem autorização do IPHAN. O total de investimento é de R$ 346.762,93 no prazo de 04 meses. O Presidente pergunta de existe alguma manifestação e não havendo nenhuma objeção, o

projeto é aprovado. Passa, então, ao próximo projeto. **Item 2.2 Proponente: Inea/Dirram – Projeto "Estudos de alternativas e elaboração de projetos básico e executivo para controle de inundações no Município de Petrópolis" – Valor: R$ 13.857.487,26 – Prazo: 16 meses – Processo: SEI-070002/013384/2022.** O Presidente pede a palavra para algumas considerações antes da apresentação do projeto. Informa que esteve ontem em Petrópolis, explicando que este projeto é bastante sensível para o Inea por tudo que ocorreu e vem ocorrendo em Petrópolis, e que esteve na cidade por mais de 18 dias fazendo reuniões com a sociedade civil, com o Ministério Público, com empresários e todos os stakeholders desta região. Informa que deve ficar pronto a elaboração de tudo que foi feito desde o desastre pela Seas e Ineas em Petrópolis. Existindo uma questão de extrapolação clara de capacidade de carga da cidade de Petrópolis que é uma cidade projetada para ter entre 70 e 100 mil habitantes e hoje existem 300 mil habitantes pela sua qualidade de vida. E terão medidas que serão conjugadas com a SBN e as Soluções Cinza para que se consiga a normalidade da cidade. Explica que o Sr. Ricardo vai falar do projeto que já está em elaboração do Primeiro Distrito, que era uma possibilidade de se continuar o convênio com o Governo Federal, mas se tem uma morosidade muito grande e é preciso trazer essa responsabilidade para dentro do Estado para que não se fique dependendo de players externo. Depois desta introdução, passa a palavra ao Gerente de Projetos da Dirram/Inea. O Sr. Ricardo continua, explicando que o principal ponto foi explicado pelo Presidente. Prossegue, comunicando que o projeto visa contratar estudos de alternativas e elaboração de projetos básicos e executivos para o controle de inundação do município como um todo e que tem a influência de 04 grandes corpos hídricos, o rio Piabanha, o maior deles, o rio Quitandinha, o Palatino, também conhecido como Palatinato e o Itamaraty. O projeto vai envolver também o Lago Nogueira que pode servir como uma bacia de amortecimento para alguns desses casos, estando muito assoreado no momento. O município se localiza no topo da Serra da Estrela, faz parte da Região Metropolitana e tem o maior PIB e IDH da região. Petrópolis é dividida em cinco distritos, Petrópolis, sede, Cascatinha, 2º distrito, Itaipava, 3º distrito, Pedro do Rio, 4º distrito e Posse, 5º distrito, e está a 848 metros acima do nível do mar, possuindo em torno de 307 mil habitantes. Petrópolis é uma cidade turística, possuindo grandes atrações, é uma cidade imperial, com várias indústrias, principalmente fabricação de cerveja, e os polos da Rua Teresa e Itaipava. É a região serrana fluminense que recebe mais turistas por ano. Contudo a cidade é afetada por uma grande influência de chuvas, com um regime de chuvas diferenciadas, com precipitações bem elevadas, ocorrendo essas ações catastróficas que foram presenciadas no ano passado. É um município que fica entre duas regiões hidrográficas, a do Piabanha, RH IV e da Baía de Guanabara, RH V. O objetivo do contrato é a elaboração de estudos alternativos, levantando todas as possibilidades de intervenções que possam ser adotadas, escolhendo as melhores soluções com um estudo mais complexo antes de chegar à elaboração dos projetos básicos e executivos. O contrato terá como objetivo específico mitigar as inundações reduzindo drasticamente esses eventos catastróficos. As atividades iniciam com o plano de trabalho, análise de estudos existentes, serviços de campo, diagnósticos da área, simulações hidráulicas, estudos hidrológicos para verificar a situação atual e seguindo, propor alternativas escolhendo as melhores, dentro das partes técnicas, avaliação econômica, o grau de impacto, levando em contas todos os fatores. Definindo todas as soluções parte, então, para a elaboração dos projetos que além da parte técnica tem a ambiental, licenças cumpridas, tudo fazendo parte do pacote previsto. São elaborados, também, todos os projetos complementares necessários para e execução do serviço e finalizando com o orçamento para a contratação das obras com as licenças ambientais necessárias e o termo de referência. Com isso pretendendo melhorar as enchentes que são problemáticas para o município. Continua o Gerente, explicando que atualmente existe um contrato que abrange somente o centro histórico. Foi feito um levantamento no Quitandinha, do rio Palatino, no Piabanha, no Itamaraty, somente para atender o contrato, que foi previsto em 2014, bem antes da ocorrência dessa catástrofe. Mas a

área que se refere o contrato é muito pequena em relação ao município de Petrópolis, então é necessário aumentar a área de estudo para resolver o problema de um modo macro, porque atualmente os estudos envolvem apenas a área central da cidade. Com isso, devido à tragédia ocorrida no início ao ano estão sendo feitas reuniões com o Público, que cobram do Inea que sejam incluídos estudos não só na área central, mas no município de Petrópolis como um todo, principalmente o rio Quitandinha, na Rua Coronel Veiga, com efeitos muito drásticos e no estudo do Inea não se contempla uma solução para este local. O contrato que está sendo executado prevê soluções que visam reduzir um pouco os efeitos dessas enchentes não resolvendo de forma definitiva, porque necessita de uma solução mais complexa e esta área tem que ser mais estudada. E, além disso, o rio Piabanha causa alguns efeitos mais a jusantes da área de estudo, por exemplo, Correias, Nogueira, início de Itaipava, que precisam também ser estudados e que não estão contemplados com esse contrato. Então, diante de uma geografia mais complexa, as precipitações, o regime hidrográfico e pluviométrico mais peculiar, precisa-se fazer uma complementação, aumentando a área de estudo que se tem nesse contrato para atender o município como um todo e melhorar as inundações no município de Petrópolis. O contrata proposto no momento tem o orçamento de R$ 13.857.487,26 com previsão de 16 meses. Este orçamento leva em conta o tamanho da área do município de Petrópolis, os levantamentos de campo em toda área, para resolver o problema das enchentes no município. O Presidente pede para fazer uma informação aos Conselheiros que, apesar do escopo estar definido no município de Petrópolis, o escopo total do projeto analisa também os municípios à jusante, principalmente Areal, Alberto Nunes que é um município entre Areal e Três Rios, até chegar ao encontro dos rios Piabanha, Paraibuna e Paraíba do Sul. Então, este estudo vai contemplar bastante a bacia hidrográfica do Piabanha. Porque não tem como não analisar os efeitos à jusantes sem escoar a água do município de Petrópolis, considerando os dois municípios à jusantes que têm que ser considerados, que são diretamente afetados, porque se tem um grande espraiado no encontro dos rios que irão dissipar a energia das inundações. Então, só reforçando, continua o Presidente, o estudo topográfico, a batimetria e as TRs, para toda essa região principalmente que o Piabanha cruza, vão ser feitas, tendo uma importância ambiental e social que provavelmente terá recomendações para a retirada de moradias em lugares de faixa marginal de proteção, mais tranquilidade para atração de atividades econômica, uma vez que todas as soluções implantadas e contendo a mitigação das cheias, onde as perdas econômicas, principalmente no município de Petrópolis, no 1º Distrito, são enormes quando se tem inundações como essas, tem uma perda direta e uma enorme perda mental, porque as pessoas deixam de visitar aquela região e fazer compras nesses polos, com medo de alguma ocorrência de chuva. O Presidente comenta que, ontem mesmo, participando de reunião em Petrópolis na Defesa Civil, começou a chover e não se vê mais ninguém na rua. Hoje as pessoas estão traumatizadas e consequentemente os visitantes, influenciando a questão econômica naquela região. O Gerente Ricardo completa dizendo que o município de Petrópolis, neste projeto está sendo estudados os outros rios, só que o Piabanha vai até Três Rios. Será estudada a bacia do Piabanha para não jogar o problema de Petrópolis à jusante. Foram feitas 18 alternativas de estudo, de soluções, comenta o Presidente, combinadas e isoladas para ver a mais efetiva, a maioria das inundações no centro histórico são abaixo de um metro e meio, livrando muitas lojas desse processo, outras serão revistas. O Presidente comunica aos Conselheiros que irá compartilhar o estudo prévio que vai mostrar o que se está buscando como resultado na bacia inteira, dando mais tranquilidade para a sociedade e para a cadeia produtiva do Estado. O Presidente se coloca aberto a perguntas dos Conselheiros. O Conselheiro inicia falando que vai fazer algumas considerações, porque além de conhecer um pouco a geografia do local é parte interessada porque tem ali uma atividade familiar de lazer na região de Secretário. Então, é diretamente interessado em qualquer benefício que o município de Petrópolis venha receber. Então, o primeiro ponto que chama a atenção é a necessidade de se pensar além do problema imediato. Toda vez que se tem uma

situação extrema, um evento extremo como já se teve na última década principalmente alguns na região serrana. Sempre se vê aquela ação imediata para resolver o problema naquele momento sem pensar numa solução abrangente, numa solução a montante e a jusante, entendendo efetivamente as causas e que a solução não necessariamente que o evento vai acontecer da mesma forma e naquele local, prossegue o Conselheiro. Continuando o Conselheiro Peron, reputo uma assertividade muito grande por parte de vocês de escolher esse caminho, de buscar, analisar essa amplitude de potenciais causas e potenciais soluções para este tipo de problema e antevendo recorrências num prazo tão importante. E olhando bem, não é aquela escolha de resolver o problema no centro histórico, mas a jusante, mas em Correias, Itaipava, Nogueira, Areal, até o encontro com o Paraiba do Sul, vai aumentando a velocidade do escoamento, resolvendo o problema da parte alta e depois a parte baixa que "se vire". Isso é necessário e infelizmente para problemas complexos não existem soluções simples e nem rápidas. Quando se vê o prazo de 16 meses para a realização do estudo, infelizmente é uma questão "não se pode fazer um omelete sem quebrar os ovos". É uma questão de nos próximos 16 meses toda e qualquer ocorrência e um pouco fora da curva em termos de quantidade de chuva, e como foi muito bem observado, o pessoal de Petrópolis, em qualquer possibilidade de chuva fora do normal entra em pânico. Então, nos próximos 16 meses serão de uma constante essa cobrança. Até porque tem uma questão relevante que não é só a topografia que provoca esses efeitos de eventos extremos a topografia somada à ocupação irregular. Então, não só Inea, mas também o poder público local, principalmente a Prefeitura, que cuida do ordenamento do solo e ocupação do solo, através de moradias, também com responsabilidade muito grande e histórica comprometido para resolver esse problema. Infelizmente o mandato do Prefeito é inferior do Presidente do Inea. Finalizando, o Conselheiro parabeniza a linha de atuação que foi assumida. É uma resposta profissional e técnica à grandiosidade do problema, estando de parabéns pela proposta e sou favorável a essa linha de atuação e ao projeto. O Presidente acrescenta que comentou ontem na reunião que as soluções estão postas e qualquer obra dentro destas soluções se sabe o resultado. Não se tem tempo para achar nada e sim ir atrás do modelo matemático. Se o modelo matemático está dizendo que a obra mais exitosa é a galeria 13 de Maio, então vamos fazer a 13 de Maio, finaliza. Passa a palavra para o Conselheiro Allan, que diz ter uma curiosidade se não vai interferir, sendo 16 meses de estudo, isso não quer dizer que novas obras irão ficar paradas. O Presidente explica que foi feito um estudo piloto que dá um resultado muito profundo. Ontem na reunião o técnico Márcio que trabalha na Prefeitura há mais de 10 anos, ficou muito impressionado com a profundidade do que está sendo apresentado. Foi criado um cardápio de soluções e o Inea e a Seas têm a noção de qual solução se quer atacar, quer buscar recursos. Obviamente, independente de questões partidárias, tem que ser em comum acordo com a sociedade petropolitana e a prefeitura petropolitana. Porque fechar uma via para fazer uma obra se não tiver com os atores locais juntos, a obra que tinha uma previsão de obra de 16 meses vai durar 04 anos. E uma coisa que será boa para a sociedade acaba sendo ruim. Prosseguindo, o Presidente diz que existem algumas intervenções que é o aprofundamento do Lago Quitandinha com a bacia de detenção que não tem muito efeito dentro do distrito, mas tem um efeito imediato na Rua Coronel Veiga pode acontecer paralelamente com a 13 de Maio, paralelamente com by-pass. Na primeira etapa, enquanto esse estudo está sendo realizado para toda a bacia hidrográfica que envolve outras contribuições, outros corpos hídricos, a atuação será na execução das obras, sendo colocado o que se está disposto a enfrentar no momento. Essa é a melhor solução estamos dispostos a enfrentar, então vamos nessa solução. Se o Governo Federal quiser ajudar e construir bio-valeta, se a Prefeitura local quiser ajudar, se um privado quiser ajudar essas soluções vão estar colocadas, serão estudadas e serão levadas em consideração e quando outro estudo for feito será levado em consideração as soluções que foram escolhidas nos processo, como aconteceu com o túnel extravasor, que no estudo estava a ideia de alargar a seção do extravasor, mas como a obra

entrou na obra da Seinfra e a Secretária vai deixar num status-quo, então, foi pensado temos que começar o 1º Distrito com o extravasor no status-quo do Palatinato, o extravasor se chama Palatinato e o rio Palatino, finaliza o Presidente, colocando o projeto em votação. O projeto é aprovado por todos. O Presidente informa que está saindo da reunião e o Subsecretário Executivo está assumindo a reunião. Seguindo será apresentado o **item 2.3, "Projeto Executivo e Obras de canalização dos corpos hídricos Dois Irmãos - Parque das Missões – Município de Caxias" – Proponente Dirram/Inea – Valor: R$ 68.391.364,29 – Prazo: 18 meses – Processo: SEI-070002/0013501/2022.** O Gerente Ricardo inicia sua apresentação dizendo que o objetivo do projeto é a contratação de empresa para execução das obras e elaboração de projeto executivo de dois corpos hídricos localizados no município de Caxias, um no bairro Dois Irmãos e o outro no Parque das Missões. Caxias está inserido na RH V, nas sub-bacias do rio Iguaçu e Sarapuí. São duas intervenções uma no canal dos corpos hídricos do bairro Dois Irmãos, dois canais que serão canalizados que têm como referência o rio Pavuna-Meriti e desaguando na baía de Guanabara. Esses canais fazem parte desse sistema e são conectados uns aos outros, sofrendo a influência dos efeitos da maré devido à proximidade com a baía de Guanabara. E ainda a canalização do córrego no Parque das Missões desaguando também no Pavuna-Meriti. Caxias é o terceiro maior município do Estado, quase 1 milhão de habitantes numa área de 468 km^2, tendo como principais atividades econômicas o comércio e a indústria sendo o maior parque industrial do Estado. É banhado pela baía de Guanabara, possuindo muita influência dos rios do local. Então, o objetivo do contrato é fazer a canalização e melhorar a macrodrenagem desses locais, devido ao processo de antropização fornecer equipamentos mobiliários urbanísticos para fazer a ocupação da área, levar lazer e evitar ocupações irregulares e garantir que ao fazer a intervenção, as características que são previstas no projeto hidráulico se matem. O escopo do projeto prevê a elaboração de plano de trabalho, serviços de campo, a elaboração de projeto executivo, o projeto básico será utilizado para a contratação e o contrato ficará a cargo de elaborar o projeto executivo. Finalizado com as obras e fornecer um as built. Com isso se prevê minimizar os efeitos de cheias e melhorar a qualidade vida para aquela população. A justificativa os canais de macrodrenagem do bairro Dois Irmãos numa área bastante adensada e prevê fazer a canalização desses locais e levar infraestrutura urbana visando à melhoria da população. Nas visitas ao local foi verificado com os moradores que os alagamentos são frequentes, o nível de água chegar a ser um pouco alto causando prejuízo para os moradores. A canalização será feita para mitigar os efeitos das enchentes em ambos os locais, tanto no bairro Dois Irmãos quanto no Parque das Missões, além de fazer o projeto de urbanização, instalar os equipamentos urbanísticos, garantindo melhor qualidade de vida para a população, garantindo melhor qualidade hidráulica do local e impedir que ocupações futuras e novos transtornos venham necessitar de mais intervenções naquele local. O orçamento é de R$ 68.391.364,29 no prazo de 18 meses de execução. O Presidente agradece a apresentação e abre para discussão do projeto. O Conselheiro Peron pergunta se o projeto envolve a parte preliminar, levantamento hidráulico até o as built, para cobrir toda a amplitude do projeto, projeto e execução. O Gerente Ricardo concorda. Não havendo quem queira discutir o projeto, o Presidente abre para votação. O projeto é aprovado por todos. Passando, então ao próximo item da pauta, **item 2.4 "Projeto Executivo e Obra de urbanização nas Av. Berna e Av. Irmãos Guinle, nos bairros Jardim Queimados, Belmonte e Vila Central – Município de Queimados" – Proponente Dirram/Inea – Valor: R$ 23.083.411,99 – Prazo: 06 meses – Processo: SEI-070002/0013492/2022.** O Gerente Ricardo inicia a apresentação informando que se trata mais de projeto de urbanização e mesodrenagem para evitar inundações nesses locais, tendo a parte de urbanização que evita o lançamento de resíduos ou qualquer destinação inadequada que a população faça, além de contaminar o ambiente e gerar infestação de vetores. Queimados fica na Região Metropolitana do ERJ. A população atendida fica em 152 mil habitantes, com distrito industrial bem importante para a localidade. A área de

intervenção é a Av. Berna e Av. Irmãos Guinle. O município de Queimados é o 23º município mais populoso e ocupa a 25ª posição do PIB no ERJ. Nesta área tem um grande descarte de resíduos domiciliares que acaba gerando a proliferação de vetores e transmissores de doenças, além da contaminação do solo. O diagnóstico ambiental é garantir que a infraestrutura de mesodrenagem local, evitar inundação, melhorando a parte de resíduos sólidos com a ocupação do local com a urbanização garantindo que os resíduos não sejam colocados de forma indevida. A mesodrenagem chega ao rio dos Poços. O objetivo geral é a contratação de empresa para executar o projeto executivo e as obras de urbanização e o objetivo específico é revitalizar a área com urbanização e paisagismo e contribuir com a melhoria da qualidade de vida local. O projeto prevê a elaboração do plano de trabalho, serviços preliminares, projeto executivo, execução das obras e finalizando com o as built. O resultado esperado é melhorar a paisagem, com os equipamentos urbanos, lazer, além de melhorar a parte hidráulica do local. A justificativa é atuar protegendo o meio ambiente, evitando o descarte irregular de resíduos pela população, ocasionando proliferação de vetores transmissores de doenças, a contaminação do lençol freático. Com a mesodrenagem vai evitar inundações e jogar essa água que provem das chuvas para o local certo que é o rio dos Poços. O investimento previsto é de R$23.083.411,99 no prazo de execução das obras de 06 meses. O Presidente agradece a apresentação abrindo para discussão do projeto. Não havendo manifestação abre para votação do projeto que é aprovado por todos. Seguindo, para o **tem 2.5 "Projeto Executivo e Obras de Drenagem Urbana, Canalização e Urbanização em Cachoeiras de Macacu - RJ" – Proponente Dirram/Inea – Valor: R$ 21.523.192,29 – Prazo: 14 meses – Processo: SEI-070002/014937/2022.** O Gerente Ricardo apresenta o projeto que contempla dois objetos contratuais, o primeiro a elaboração de projeto executivo, e execução de obras de drenagem, pavimentação em Ribeira em Cachoeiras de Macacu e o segundo o projeto executivo de obras de canalização e urbanização sobre o Córrego Mãe D'Agua. Macacu se localiza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, com aproximadamente 59 mil habitantes, atravessada pelo rio Macacu, o principal corpo hídrico da região que desagua na baía de Guanabara. Devido a extensão do território, possui duas características, a região sul tem características de baixada e a parte norte de serra e faz parte da Serra Verde Imperial. As obras da etapa 1 se localiza no 2º Distrito com intervenções em algumas ruas e a etapa 2 no bairro Village, um bairro que se encontra na zona rural do município. A economia do município é basicamente agricultura e o ecoturismo. O primeiro corpo hídrico não possui identificação, o segundo é o córrego Mãe D'Agua, inserido na RH V desaguando no rio Macacu, o principal corpo hídrico da cidade. O objetivo geral é fazer a contratação de projeto executivo e obras de drenagem, canalização do Ribeira que vai melhorar o escoamento da drenagem urbana local, pavimentação e a qualidade de vida. E a canalização e a urbanização do córrego Mãe D'Agua. As atividades previstas na etapa 1 e 2, basicamente, o plano de trabalho, serviços preliminares, projeto executivo e execução das obras, as built. Como justificativa, os locais das intervenções apresentam ruas sem pavimentação, sem asfalto, os córregos e travessias de madeira. As intervenções visam à melhoria da qualidade de vida dos moradores fazendo a canalização e melhorando o escoamento de drenagem, evitando alagamentos da área, representando melhoria para a qualidade de vida dos usuários e funcionamento do entorno. No Mãe D'Agua como é zona rural está havendo ocupação com o ritmo de crescimento local muito elevado, então, há necessidade de se colocar infraestrutura para evitar problemas futuros fazendo canalização com galeria pré-moldada para proteger o corpo hídrico. Os projetos visam requalificar os espaços e melhoria da qualidade de vida da população. O resultado esperado é melhorar a qualidade de vida da população e a infraestrutura da parte hidráulica, realizando a drenagem urbana e a pavimentação asfáltica. O total de investimento é de R$ 21.523.192,29 com prazo de execução de 14 meses. O Presidente abre para discussão do projeto e não havendo manifestação, abre para votação. Todos os membros do Conselho aprovam o projeto. O Presidente passa para último item da pauta, **item 4 – Deliberação sobre complementação**

do Projeto Fecam em execução "Serviços de Limpeza e Desassoreamento dos Rios Queimados e Ipiranga em Queimados e Nova Iguaçu" no valor de R$ 27.528.868,41 e a complementação proposta de R$ 6.977.762,73, totalizando R$ 34.506.631,14. O Gerente Ricardo explica que o projeto é o desassoreamento dos Rios Queimados e Ipiranga que desaguam na Lagoa do Guandu para melhorar o escoamento hidráulico do local e ajudar no processo de despoluição da Lagoa do Guandu, a principal tomada de água para o município do Rio de Janeiro. A área de intervenção prevista é justamente o trecho do rio Queimados, o rio Ipiranga está sendo feito, mas esta complementação está sendo para o rio Queimados. O desassoreamento previsto no projeto foi um pouco menor que foi encontrado no local, gerando um volume a mais de escavação nos rios aumentando, então o custo da obra. O principal ponto é que o rio Queimados desagua na Lagoa Pequena e o nível de assoreamento da Lagoa Pequena está maior do que o previsto. A partir do momento que foi feito o desassoreamento do canal no trecho focado, ficou constatado que o nível do rio Queimados iria ficar mais baixo do que Lagoa Pequena, gerando um efeito de tamponamento. O caminho correto é o rio Queimados desaguar na Lagoa Pequena. A Lagoa Pequena faz o tratamento natural do rio, e a partir do momento que o rio chega na Lagoa Pequena até sair para a Lagoa Grande, há um processo biológico que tende a melhorar a água que chega na Lagoa Grande. E se esse efeito de tamponamento ocorrer entre o rio Queimados e a Lagoa Pequena, a água do rio Queimados tende a ir diretamente para a Lagoa Grande causando a poluição e a água que a Cedae capta vem da Lagoa Grande. Então, é muito importante manter esse fluxo, o rio Queimados chagando na Lagoa Pequena, para que esse processo natural de despoluição, mesmo em pequena escala, melhore a qualidade de água que vai para a Lagoa Grande e garantindo que não seja interrompido o sistema de captação de água da Cedae. Finalizando o Gerente mostra algumas fotos do serviço sendo feito, como a máquina retirando o lodo do fundo do rio Queimados, muito esgoto que tem no local, muitas macrófitas que estão sendo removidas. Então o valor aprovado inicialmente para o projeto vai precisar de uma complementação no valor aproximado de sete milhões de reais. Além do aumento do assoreamento o contrato devido ao prazo de execução está exigindo o reajustamento, sendo o valor de 1,5 milhão de reais para cobrir a parcela de reajustamento, finaliza o Gerente Ricardo. O Presidente agradece abre para discussão e votação da complementação do projeto. Todos aprovam o projeto. Passando, então, para as considerações finais da reunião, comentando sobre o seu atraso para a reunião, agradecendo a todos por ter participado da sessão de hoje às vésperas do Natal e do Ano Novo, desejando um Feliz Natal e Boas Festas.

PHILIPE CAMPELLO COSTA BRANDI DA SILVA
Vice-Presidente do Conselho

JORGE VICENTE PERON
Representante da FIRJAN

ALLAN CRISTIANO DOS SANTOS
Representante Suplente da SEFAZ